

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Jornal de Brasília*

Class.: _____

Data: *18.09.85*

Pg.: _____

Marcos Terena

4468 O índio e a democracia

Quando, em 1980, um jovem estudante indígena de 17 anos, da tribo Carajás, argumentou com um dirigente do órgão tutor do índio brasileiro: "Coronel, o senhor está nos perseguindo, mas por uma questão de tempo. O senhor, como nosso dirigente, vai passar e nós, como índios, ficaremos". Havia nesse argumento algo mais que uma simples ponderação. O tom profético como foi colocado se tornaria realidade tempos depois.

Enquanto o Brasil aguardava a abertura democrática, os índios, com seus parcos recursos, visitavam Brasília, discutiam, questionavam. "...são manipulados...". Diziam uns. "...é isso aí...". diziam outros. Nesse período, entre um cair e subir de presidentes do órgão tutor, os indígenas iam-se impondo, conquistando direitos e a demarcação de suas terras, como a área Xavante (MT), Tapitapé (MT), Xingu (MT), Apinajés (GO), sem falar no clima de contradição que viveram dois ministros e um porta-voz do governo Figueiredo, quando este teve que voltar atrás na concessão de autorização para entradas de empresas de mineração em áreas indígenas, aquela mesma que se tentou impor na última semana.

O Brasil de Tancredo Neves, de Ulyses Guimarães, o gigante adormecido, começava a despertar e a caminhar em busca da tão sonhada liberdade, em busca das "diretas já", do "Tancredo pra presidente", e finalmente a Nova República. Essas situações vividas pelos índios e pelo homem branco têm alguma relação histórica: identidade de interesses e aspiração pelo melhor, pelo justo, pelo direito. Apenas uma diferença. No último caso, ninguém perguntou quem manipulava quem, pois todos estavam lá nos comícios, nos palanques, negros, brancos, índios, civis, militares, religiosos e ateus, era o Brasil em busca de sua autodeterminação política, social e econômica.

Sarney, incumbido pelo destino e pelas linhas do grande criador a presidir nossa Nação, não ficou de mãos estendidas, arregaçou a manga da camisa e convidou a todos, governo e governados, para que, juntos, ajudando-se mutuamente, trabalhassem na construção de um novo Brasil. Nós, os brasileiros, conseguimos o plano da reforma agrária, a legalização de partidos clandestinos e a convocação da Assembléia Nacional Constituinte, como era plano de Tancredo.

A mesma esperança que chegara ao coração do homem branco com o advento da Nova República, foi a mesma que tocou ao coração do índio, a sonhada demarcação de suas terras, a assistência não paternalista, dentre outras necessidades. No entanto, o clima continuou o mesmo. A versão da manipulação, típica do colonizador, se ocorreu ou ocorre, será do branco em favor do próprio branco. Não há compromisso de trabalho, de honestidade e respeito por seus irmãos índios. E é exatamente por isso que a Nova República vive seu quarto momento administrativo na questão indígena, e se pergunta, até quando? O tom profético do índio Carajás antevia, entre os brancos, a briga pelo poder, de grupos e facções ideológicas no órgão governamental, esquecendo-se que os índios têm a mesma capacidade de raciocínio e inteligência que qualquer ser humano. Observando, iam a tudo aprendendo. Daí a constante corrida a Brasília e as crises sempre reativadas.

Os reflexos dessa realidade são tão patentes que são sentidos no comportamento de quem ali trabalha. Se você supostamente pertence a um grupo, certamente sofrerá retaliações. A desinformação, a preocupação, o medo têm morada segura ali. Você pode estar conversando com um dirigente hoje, e com outro amanhã. Situação idêntica, só mesmo aquela vivida por um pais vizinho que foi confundido com o nosso, por aquele presidente americano. A irresponsabilidade dessas ações são pagas por aqueles indígenas que não conhecem os caminhos de Brasília, pela distância ou falta de recursos. O certo é que não se viciaram nesses mecanismos, e o que é pior, estão sujeitos às propostas de "estadualização", do argumento "descentralizador", do projeto de "emancipação" comportamento que lembra aquele adotado pelo governo do arbítrio, descaracterizando o espírito democrático que quer a Nova República.

Poderão as autoridades indígenas serem ouvidas com seriedade pelas autoridades brancas, ou novamente se utilizará aquela "poção mágica" que em menos de 24 horas pode convencer alguns índios a mudarem de opinião sobre determinada ponderação?

Marcos Terena é assessor para Assuntos Indígenas do Ministério da Cultura.